



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

ISABEL CRISTINA TAVARES DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO – ESTUDO DE
CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAPÉ- PB**

**Guarabira - PB
2014**

ISABEL CRISTINA TAVARES DA SILVA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO – ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAPÉ- PB

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Moura Montenegro

**Guarabira-PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Isabel Cristina Tavares da
Educação inclusiva: um desafio contemporâneo [manuscrito] :
estudo de caso em uma escola pública de Sapé - PB / Isabel
Cristina Tavares da Silva. - 2014.
35 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

"Orientação: Maria do Socorro Moura Montenegro,
Departamento de Letras".
, Departamento de Letras".

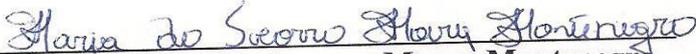
1. Educação Inclusiva 2. Deficiência 3. Escola. I. Título.
21. ed. CDD 370.115

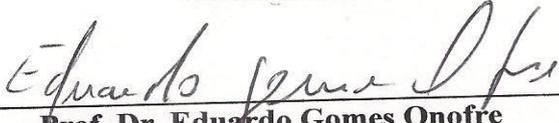
ISABEL CRISTINA TAVARES DA SILVA

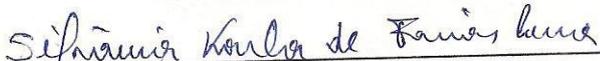
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO CONTEMPORÂNEO – ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE SAPÉ- PB

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Aprovada em 01 / 11 / 2014


Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Moura Montenegro
Orientadora


Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Examinadora


Prof.^a Ms. Silvanira Karla de Farias Lima
Examinadora

A DEUS que me deu a vida, saúde e inteligência para estudar e buscar meus objetivos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

- ✓ A **DEUS**, pela minha vida e saúde e por ter me dado forças, ânimo, coragem e sabedoria para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia e para concluir mais essa etapa na minha vida.
- ✓ A minha família em especial a meu pai **JORGE** e minha mãe **SEVERINA** que com muita humildade conseguiram todos os valores necessários para ser uma pessoa digna e honesta.
- ✓ Ao meu filhinho que está a caminho **ARTUR IGOR** e ao meu esposo, amigo, companheiro e eterno amor **ALEXANDRE** pela paciência, compreensão, força, carinho, amor, e pelo estímulo que foi fundamental para a conclusão deste trabalho.
- ✓ A minha professora e orientadora **MARIA DO SOCORRO MOURA MONTENEGRO**, pela ajuda que foi fundamental para o término deste trabalho.

“Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitissem às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”

Paulo Freire

Educação Inclusiva: Um desafio Contemporâneo

Linha de Pesquisa: Diversidade, linguagens e formas de interação.

Autora: Isabel Cristina Tavares da Silva – Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro

Banca examinadora:

RESUMO

Educação inclusiva: um desafio contemporâneo – estudo de caso em uma escola pública de SAPÉ- PB objeto desse estudo sob a ótica como as escolas do município de Sapé estão adaptando-se para receber alunos com deficiência é o assunto aqui abordado. Considerando que o objetivo principal desse trabalho é analisar como as escolas estão aderindo às mudanças impostas para adequar-se a uma nova realidade; No sentido de sentir-se em condições necessárias para acolher os alunos com deficiência, já que, por sua vez, a Secretaria de Educação do Município de Sapé busca capacitar os educadores. Esta pesquisa, de cunho teórico e conceitual sobre a Educação Inclusiva no âmbito escolar se justifica, em razão de compreender que há um elevado número de alunos com deficiência na cidade de Sapé e as escolas sentem dificuldades em receber esses alunos, devido à falta de estrutura e de professores capacitados. Assim sendo, observou-se a relevância de tal análise, com base nos aportes teóricos de Mantoan (2003), Sasaki (2005), Jesus (2005), Declaração de Salamanca, Carvalho (2004), dentre outros, cujas abordagens têm contribuído para melhor compreendermos a Educação Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Deficiência. Escola.

ABSTRACT

Inclusive Education and how the local schools in Thatcham are adapting to receive students with disabilities is the subject of our research. Whereas the main objective of this paper is to analyze how schools are adhering to the changes experienced to adapt to a new reality in order to feel at conditions necessary to accommodate students with disabilities, as they, in turn, the Department of Education of the City of Thatcham seeks to empower educators. This research, conceptual and theoretical nature on Inclusive Education in schools is justified, given to understand that there are a high number of students with disabilities in the city of Sape and schools have difficulty in getting these students due to the lack of structure and trained teachers. Thus, we observed the relevance of such an analysis, based on the theoretical approaches of Mantoan (2003), Sasaki (2005), Jesus (2005), the Salamanca Statement, Carvalho (2004), among others, whose approaches have contributed to better understand the Inclusive Education.

KEYWORDS: Inclusive Education. Disabilities. School.

LISTA DE SIGLAS

AEE (Atendimento Educacional Especializado)

APAIE (Movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais)

CAP (Centro de Apoio para atendimento às Pessoas com Deficiência Visual)

CAS (Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez)

DPEE (Diretoria de Políticas de Educação Especial)

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

EJA (Educação de Jovens e Adultos)

FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)

FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência)

IPES (Instituições Públicas de Educação Superior)

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

MEC (Ministério da Educação)

NAAHS (Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação)

PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação)

SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Educação Especial Matrícula em Classes Especiais e Escolas Exclusivas.....	25
GRÁFICO 2	Educação Especial Matrícula em Classes Comuns (Alunos Incluídos).....	25
GRÁFICO 3	Número de Matrículas de Alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação por Tipo de Atendimento.....	30
GRÁFICO 4	População residente, por tipo de deficiência permanente no município de Sapé.....	34

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	12
II - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
2.1. Conceito de Educação Inclusiva.....	15
2.2. Removendo Barreiras para a Aprendizagem.....	16
III – CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	20
3.1. Breve Histórico da Educação Inclusiva no Brasil e no mundo.....	20
3.2. Construção de uma Escola Inclusiva.....	23
3.3. Legislação Inclusiva.....	27
3.4. A inclusão e as políticas públicas educacionais.....	29
3.5. Atuação do Ministério da Educação na Educação Especial.....	31
IV – ANÁLISE DE DADOS.....	34
4.1. Processo da Pesquisa.....	34
4.2. A Escola Pesquisada.....	36
4.3. A Educação Inclusiva no Contexto Escolar.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXO (Entrevistas).....	45

I - INTRODUÇÃO

A Inclusão escolar é uma necessidade cada vez mais urgente, considerando que 10% (dez por cento) da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência, e que o sistema de ensino precisa receber esses alunos com um mínimo de infraestrutura necessária.

De acordo com Jesus (2005) uma pessoa com deficiência é aquela que apresenta significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, em comparação com as outras pessoas, causando dificuldades em sua interação com o meio físico e social.

A inclusão é um processo educacional através do quais todos os alunos incluídos, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada em escola de ensino regular (ROGALSKI, 2010).

Como a maioria das escolas não possui infraestruturas adequadas e profissionais qualificados, algumas pessoas precisam se deslocar para centros especializados para estudar, porém nem todos possuem condições físicas e financeiras para isso, ficando assim excluídos do acesso à educação.

Segundo Mantoan (2003) as escolas brasileiras são marcadas pelo fracasso e pela evasão de grande parte de seus alunos, pois a falta de infraestrutura adequada para receber esses alunos com deficiência acaba excluindo-os das escolas.

No Brasil o marco fundamental para a inclusão é a Declaração de Salamanca¹ que tem como objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), o objetivo principal da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que for possível independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam surgir.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei 9394/96, garante a educação e o atendimento especializado na rede regular de ensino, com apoios necessários.

A Inclusão Escolar não deve ser vista apenas como fazer adaptações nas escolas para aceitar um determinado grupo de alunos com deficiência, é preciso dar-lhes condições de pleno acesso e participação, ou seja, desenvolve-lo cultivando as competências e respeitando seus limites.

¹ Documento que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca na Espanha em 1994.

De acordo com Carvalho (2004) existem vários obstáculos enfrentados pelos alunos interferindo no êxito educacional, obstáculos esses que existem para todos, porém os que possuem alguma deficiência precisam de mais ajuda e apoio para superá-los. As principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência são as arquitetônicas das escolas, entre elas:

- Falta de transportes adaptados;
- Faltam rampas, esteiras rolantes ou elevadores para facilitar a entrada e o acesso à escola;
- Rampas com inclinações inadequadas;
- Portas sem dimensões adequadas;
- Sanitários sem barras;
- Móveis escolares inadequados, etc...

A remoção dessas barreiras seria apenas o primeiro passo para a inclusão desses alunos na escola, ainda é necessário que os professores analisem suas atitudes e práticas pedagógicas, pois é extremamente importante a compreensão das diferenças individuais além de sua aceitação e respeito. Também é preciso um trabalho conjunto entre a escola, os pais e a comunidade.

Este trabalho está sistematizado da seguinte forma: Na primeira seção apresentamos uma síntese do conceito de Educação Inclusiva na visão de autores como Mantoan (2003) e Sasaki (2005).

Na segunda seção teceremos algumas considerações do contexto histórico da Educação Inclusiva no Brasil e no mundo, relatando as lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes que impulsionaram a inclusão primeiramente em países dos Estados Unidos e Europa e posteriormente no Brasil.

Na terceira seção apresentamos a Legislação Inclusiva onde vemos leis e artigos que garantem os direitos às pessoas com deficiência, além dos documentos que foram surgindo com o passar do tempo.

Na última e quarta seção tem uma análise das reais condições das escolas do município de Sapé, observando as mudanças ocorridas para incluir a acessibilidade a fim de acolher os alunos com deficiência, e também dando ênfase a participação do poder público do município no sentido de qualificar os profissionais da educação. Por fim, tecemos as

considerações finais, onde se encontram a síntese de nossas discursões e algumas conclusões sobre nossa pesquisa.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 Conceito de educação inclusiva

Para Mantoan (2003) integrar significa inserir todos os alunos, sem exceção, nas salas de aula do ensino comum, do ensino regular, e desconsiderar que existem dois modelos educacionais: o regular e o especial.

Em todas as épocas sempre houve questionamentos sobre qual é o termo correto para se chamar as pessoas com deficiência. Nunca houve um termo definitivo, pois em cada época são utilizados termos diferentes, cujo significado é compatível com os valores vigentes em cada sociedade (SASSAKI, 2005).

De acordo com o autor supracitado no começo da história, durante séculos os meios de comunicação mencionavam “os inválidos” para se referir às pessoas com deficiência, e essas pessoas eram tidas como inúteis para a sociedade. Do século 20 até mais ou menos 1960 surgiram o termo “os incapacitados”, que significava: indivíduos sem capacidade, que mais tarde evoluiu para “indivíduos com capacidade residual”. Entre 1960 a 1980 mais ou menos aparecem os termos “os defeituosos”, “os deficientes” e os “excepcionais”, designando assim respectivamente as deficiências: físicas (auditiva, visual ou múltipla) e intelectual.

A partir de mais ou menos 1990 até hoje o termo usado é “pessoas com deficiência”. Esse termo foi escolhido pelas pessoas com deficiência no maior evento das organizações de pessoas com deficiência “ENCONTRÃO”, realizado no Recife em 2000, e torna-se então um termo mundialmente conhecido (SASSAKI, 2005).

Na LDB (1996) em seu capítulo V que trata da educação especial, apontam em seu Art. 58º, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, que quando for necessário haverá serviços de apoio especializado na rede regular para atender os alunos com necessidades especiais, e esse atendimento só será feito em classes, escolas ou serviços especializados, quando não for possível de ser realizado nas classes comuns do ensino regular: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de deficiência” (p.17).

De acordo com a lei acima citada os sistemas de ensino asseguraram aos educandos com necessidades especiais, toda organização necessária para suprir suas necessidades inclusive terminalidade específica para aqueles que não tenham condições de

concluir o ensino fundamental, além de professores especializados e capacitados para integrar esses alunos nas classes comuns.

É preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas é que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar (MANTOAN, 2003, p. 12).

Segundo Sasaki (2005) o Decreto nº 5.296, de 2/12/04 (Lei da Acessibilidade) traz Condições de acessibilidade arquitetônica e comunicacional no trabalho. O Decreto Legislativo nº 186, de 9/7/08, ratificou (inseriu na Constituição Federal) e o Decreto Presidencial nº 6.949, de 25/8/09, promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) toda criança possui características e necessidades de aprendizagem que são únicas, e os sistemas educacionais devem implementar programas educacionais que levem em conta a diversidade e necessidades de cada uma. Os governantes devem atribuir como máxima prioridade o aprimoramento dos sistemas educacionais para que se tornem aptos para a inclusão de todas as crianças independente de suas dificuldades.

Somente a partir da total inclusão das pessoas com deficiência nas classes comuns do ensino regular, é que teremos uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas, sem discriminação, sem preconceito, respeitando a diversidade e os limites de cada um.

2.2 Removendo barreiras para a aprendizagem

Inúmeras são as barreiras à aprendizagem enfrentadas pelos alunos nas escolas, sejam elas temporárias ou permanentes existem para todos os alunos, os deficientes e os ditos “normais”. Para os deficientes a dificuldade é com certeza bem maior, pois a todo instante eles precisam de ajuda, apoio para enfrentar e superar os obstáculos que surgirem.

De acordo com Carvalho (2004) o fato de os alunos com deficiência precisar de ajuda para superar as barreiras em seu caminho, não nos dá o direito de rotulá-los como “defeituosos”, pois os defeitos existem sim, mas no sistema educacional e nas escolas, onde as mais sérias são as barreiras atitudinais.

Na sociedade em geral e nas comunidades escolares, as atitudes e comportamentos para com os deficientes produzem grande impacto, pois é de extrema importância para eles serem tratados como pessoas “normais”.

Também é necessário rever dentro da escola as atitudes dos professores para com esses alunos, questões como: O que pensam e sentem os educadores em relação aos seus alunos com dificuldade de aprendizagem? Será que a diversidade é percebida pelos professores como enriquecimento do desenvolvimento social e pedagógico dos alunos ou como um entrave à sua prática pedagógica?

Todas essas questões devem ser analisadas, pois é a partir do pensamento e comportamento dos professores que podemos analisar sua prática e como essa prática está influenciando na vida dos educandos. Porque a partir do momento que a escola aderir a Educação Inclusiva, os educadores devem alterar sua prática, e não mais planejar suas aulas para turmas homogêneas, mas para turmas completamente heterogêneas repleta de diversidade e particularidades.

Para remover barreiras para a aprendizagem e para a participação (garantindo a todos essa acessibilidade) é preciso pensar em todos os alunos enquanto seres em processo de crescimento e desenvolvimento e que vivenciam o ensino-aprendizagem segundo suas diferenças individuais (CARVALHO, 2004, p.61).

É necessário que os educandos encontrem sentido e significado para o que lhe ensinam na escola, seja ele portador de deficiência ou não, a escola só se tornará agradável e sem barreiras se houver participação e sucesso dos alunos.

Outra barreira preocupante enfrentada pelos alunos são as barreiras arquitetônicas, essas cabem mais aos gestores e ao poder público se conscientizar e tomar atitudes de mudança em relação a esse problema.

Carvalho (2004) afirma que na sala de aula, a criatividade e a vontade do professor são fundamentais para superar um pouco essas barreiras, pois o tradicional deve ser substituído pelo inovador e os alunos deve ser o foco principal da energia do professor, que não deve apenas valorizar suas metodologias.

As barreiras arquitetônicas não se limitam apenas dentro das escolas, mas sim por todo percurso traçado pelo aluno, desde o ônibus escolar que não tem assentos adequados, até dentro das escolas. Mesmo compreendendo que dentro da escola é muito pior, pois a acessibilidade tem que começar do portão da escola com rampas e corrimão, até nos banheiros com sanitários e barras de apoio, além da sala de aula que necessita de carteiras adequadas,

recursos para o professor dar aulas áudios-visuais, enfim é necessário um conjunto de ações com um único objetivo: oferecer condições necessárias para que os portadores de deficiência freqüentem as escolas e convivam com a sociedade de forma igualitária, justa e digna.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2010) em seu artigo 9º que trata da Acessibilidade, os Estados tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso. Em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas de tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações aberto ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a:

- ❖ Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e locais de trabalho;
- ❖ Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência;
- ❖ Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços abertos ao público ou de uso público levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência;
- ❖ Dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público, de sinalização em braile e em formatos de fácil leitura e compreensão;
- ❖ Oferecer formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público;
- ❖ Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet;
- ❖ Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.

Em maio de 1999, aconteceu na Guatemala a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, com o objetivo de prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as

peessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade. Para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados Partes comprometem-se a tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade. Medidas como:

- ❖ As autoridades governamentais e/ou entidades privadas devem eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades. Tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração;

- ❖ Os edifícios, os veículos e as instalações que venham a ser construídos ou fabricados em seus respectivos territórios facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas portadoras de deficiência;

- ❖ Eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência;

- ❖ Assegurar que as pessoas encarregadas de aplicar esta Convenção e a legislação interna sobre esta matéria estejam capacitadas a fazê-lo.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

3.1. Breve contexto histórico da educação inclusiva no Brasil e no mundo

De acordo com Rodrigues (2008) desde a antiguidade que se tem registros de pessoas com deficiência, nas cidades de Esparta e Atenas as crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Elas eram lançadas do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonadas nas praças públicas ou nos campos.

Já na idade média surge o Cristianismo e entre os milagres de Cristo, aparece em grande número à cura de deficiências física, auditiva e visual. Com o cristianismo estas pessoas ganharam alma e, eliminá-las ou abandoná-las significava atentar contra os desígnios da divindade. Assim, ao longo da idade média são consideradas “filhos de Deus” (anjos retratados em pinturas da época possuíam características de síndrome de Down).

No século XIII, surge a primeira instituição para pessoas com deficiência. Era uma colônia agrícola, na Bélgica, que propunha o tratamento com base na alimentação, exercícios e ar puro para minimizar os efeitos da deficiência. No século XIV, surge a primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental. A Inquisição católica, na Idade Média, foi responsável pelo sacrifício de pessoas com deficiência mental entre loucos, adivinhos e hereges. Durante a Inquisição, foi criado o “Malleus Maleficarum” (1482), manual de semiologia, capaz de “diagnosticar” bruxas e feiticeiros; considerava sinais de malformação física ou mental como ligação com o demônio, o que levou muitas das pessoas com estas deficiências a fogueira da inquisição (RODRIGUES, 2008).

De acordo com a autora acima citada no século XVI, surgiram dois intelectuais: Paracelso, médico e, Cardano, filósofo. Paracelso, no seu livro “*Sobre as doenças que privam o homem da razão*”, foi o primeiro a considerar a deficiência mental um problema médico, digno de tratamento e complacência. Cardano, além de concordar que a deficiência era um problema médico, se preocupava com a educação das pessoas que apresentavam a deficiência.

Rogalski, (2010) assevera que foi a partir de movimentos internacionais que países como Estados Unidos, Europa e parte inglesa do Canadá, passaram a dar uma maior atenção à educação inclusiva. Devido ao grande número de lesionados e feridos da guerra, que passaram a ser deficientes, e que depois de reabilitados voltariam a produzir.

Stainbak (1999) afirma que a Educação Inclusiva teve sua origem nos Estados Unidos através da lei pública 94.142 de 1975 e que foi o resultado dos movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, reivindicando o acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade.

A Declaração de Salamanca afirma que existem países que possuem sistemas escolares especiais para aqueles que possuem impedimentos específicos. Essas escolas especiais representam um valioso recurso para o desenvolvimento de outras escolas inclusivas, pois os profissionais destas instituições especiais possuem nível de conhecimento necessário para identificar as crianças com deficiência. E essas escolas especiais podem servir como centro de treinamento e de recursos para os profissionais das escolas regulares.

Em relação aos países que possuem poucas ou até mesmo nenhuma escola especial é necessário desenvolver estas escolas inclusivas e centros especializados, tendo como meta principal o treinamento de professores em educação especial e oferecer recursos equipados e assessorados, para servir de apoio as escolas quando necessário.

Nos países em desenvolvimento, o alto custo das escolas especiais, trás sérias consequências, pois uma pequena minoria de alunos, em geral uma elite urbana, se beneficia delas. A maioria dos alunos, principalmente nas áreas rurais, fica excluído desse serviço. Sendo assim o planejamento educacional por parte dos governos deveria ser concentrado em educação para todas as pessoas, em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.

A história da Educação Especial no Brasil foi determinada, pelo menos até o final do século XIX, pelos costumes e informações vindas da Europa. O abandono de crianças com deficiências nas ruas, portas de conventos e igrejas era comum no século XVII, que acabavam sendo devoradas por cães ou acabavam morrendo de frio, fome ou sede. A criação da “roda de expostos” em Salvador e Rio de Janeiro, no início do século XVIII e, em São Paulo, no início do século XIX, deu início a institucionalização dessas crianças que eram cuidadas por religiosas (RODRIGUES, 2008).

O Hospital Juliano Moreira em Salvador, Bahia, fundado em 1874 é considerado como a primeira instituição para atendimento às pessoas com deficiência mental. A influência da Medicina na educação destas pessoas permaneceu até por volta de 1930. A deficiência mental foi considerada problema de saúde pública e foi, então, criado o Pavilhão Bourneville, em 1903, no Rio de Janeiro, como a primeira Escola Especial para Crianças Anormais. A

Medicina foi sendo gradualmente substituída pela Psicologia e a Pedagogia. Ulysses Pernambucano de Melo Sobrinho (1892-1943) foi um dos primeiros a estudar a Deficiência Mental no Brasil, enfatizando a necessidade do atendimento médico-pedagógico criando uma equipe multidisciplinar para trabalhar com as crianças com deficiência (RODRIGUES, 2008).

De acordo com a autora acima citada durante as primeiras décadas do século XX, surge o movimento da “escola-nova”, que postulava: a crença no poder da educação como ponto de transformação social, o interesse por pesquisas científicas, a preocupação em reduzir as desigualdades sociais e estimular a liberdade individual da criança. O ideário da “escola-nova” permitiu a penetração da Psicologia na Educação, resultando no uso de testes de inteligência para identificar as crianças com deficiências. A influência da *escolanovista* na Educação, no nosso país, ainda que defendesse a diminuição das desigualdades sociais, defendendo o estudo das diferenças individuais e a proposição de ensino adequado e especializado, acabou contribuindo para a exclusão dos diferentes das escolas regulares.

Até mais da metade do século XX, o atendimento à pessoa com deficiência foi implementado através da institucionalização, da implantação de escolas especiais mantidas pela comunidade e de classes especiais nas escolas públicas para os variados graus de deficiência mental. Houve, também, pouca preocupação com a conceituação e a classificação da deficiência. Os critérios de seleção eram vagos, baseados em desempenho escolar ruim (RODRIGUES, 2008. p. 17).

Segundo a autora a justificativa para tal afirmativa é que em 1949, havia cerca de 40 estabelecimentos de ensino para pessoas com deficiência mental no país. Desses serviços, 27 estavam nas escolas públicas e os demais eram instituições particulares ou beneficentes. Em 1959, o número de instituições para pessoas com deficiência era de 190 e, destas, 77% eram públicas.

A Educação Inclusiva Surgiu também com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e começou a ganhar forças a partir de 1988 com a aprovação da Constituição Federal, 1994 com a Declaração de Salamanca e 1996 com a LDB.

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial (ROGALSKI, 2010, p. 3).

De acordo com a autora acima citada até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial, e só a partir de 1970 que ela passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos, e assim criando instituições públicas e privadas, como por exemplo, o Instituto Padre Chico (para cegos) criado em São Paulo em 1930, a fundação para o livro do cego no Brasil fundada por Darina Nowwil e Adelaide Peis Magalhães em 1946, decretada pública em 1954. Em 1954 surge a APAE (Movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais) e aumenta o número de escolas especiais.

3.2. Construção de uma escola inclusiva

A inclusão acontece geralmente em dupla dimensão, ou seja, no exterior do sistema quando o acesso é negado ao aluno portador de deficiência, e no interior do sistema quando a escola recebe o aluno, mas não lhe oportunizam condições reais de aprendizagem.

Para haver a verdadeira inclusão é preciso que ela seja expressa em três dimensões inter-relacionadas no cotidiano escolar, são elas: Cultura Inclusiva, Política de Inclusão e Práticas de Inclusão. A cultura inclusiva é expressa através do acolhimento e colaboração da comunidade escolar, desenvolvendo assim os valores que mobilizam as pessoas a pensarem, viverem e organizarem o espaço da escola incluindo todos os alunos.

A política de inclusão assegura que a inclusão seja o centro do desenvolvimento da escola, visando à aprendizagem e a participação de todos os alunos. Além de ampliar a capacidade da escola para melhor acolher a diversidade dos alunos, tendo como prioridade o desenvolvimento dos mesmos, e não apenas a parte administrativa da escola.

A prática de inclusão é caracterizada por assegurar que as atividades da sala de aula ocorram de forma que todos os alunos participem, e assim eliminar as barreiras garantindo a participação de todos os alunos nas práticas pedagógicas.

O papel do professor é fundamental para a construção de uma escola inclusiva, pois ele deve trabalhar buscando soluções que venham a beneficiar o aluno de todas as maneiras possíveis, e não apenas se preocupar com o conteúdo escolar. É ele que deve assegurar que os alunos aprendam o que é diferente do currículo do ensino comum, e assim poder ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

O professor comprometido com a escola inclusiva pode ainda oferecer a seus alunos o AEE (Atendimento Educacional Especializado) que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele é um serviço de apoio que é indicado para dar uma melhor assistência e suprir as necessidades específicas

dos alunos com deficiência. A partir desse atendimento especializado é possível organizar melhor os recursos pedagógicos e de acessibilidade, complementando a formação do aluno visando sua autonomia e independência na escola e fora dela.

O AEE acontece por meio do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, adequação dos materiais didáticos pedagógicos às necessidades do aluno, ou seja, adequar os recursos de informática: teclado, mouse, programas especiais, entre outros. Adequar às mesas, cadeiras, quadro, enfim fazer mudanças no interior da escola e nos recursos pedagógicos para oferecer um melhor suporte as pessoas com deficiência. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos (RODRIGUES, 2008, p. 21).

A autora acima citada afirma que uma escola é inclusiva quando todos da equipe escolar, diretores, professores, secretaria, serviços gerais, participam ativamente desse projeto. Sendo assim:

É compromisso da escola inclusiva:

- Promover mudança de atitudes discriminatórias: a escola deverá trabalhar com quebra de tabus, estigmas, desinformação, ignorância – que levam as pessoas a terem atitudes negativas em relação aos seus alunos com deficiência.

É papel do professor:

- Valorizar as diferenças: ser diferente e único é uma característica de todo ser humano;
- Descobrir e valorizar as potencialidades: cada um tem capacidades próprias; devem ser descobertas, proclamadas, cultivadas e exploradas;
- Valorizar o cooperativismo: promover a solidariedade entre crianças com deficiência e seus colegas. O aluno sem deficiência aprende a ajudar alguém em suas reais necessidades e isto diminui tabus, mitos e preconceitos;
- Mudar sua metodologia: individualizar o ensino, trabalhar de forma diversificada, avaliar permanente e qualitativamente;

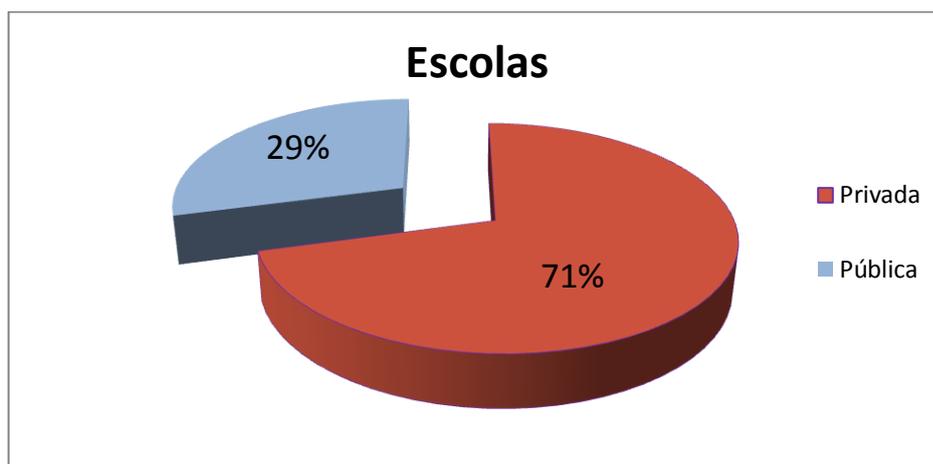
- Oferecer, quando necessário, serviços de apoio para suprir dificuldades individuais: alunos que necessitam devem utilizar outras modalidades de serviços: reforço, professor itinerante, sala de recursos, desde que associados ao que está aprendendo na sala regular.

De acordo com Crippa (2012) a inclusão e a integração estão completamente interligadas, pois ambas tem o objetivo de inserir os alunos com deficiência no ensino comum. Para haver a inclusão é necessário inserir os alunos respeitando suas inúmeras diferenças (pessoais, linguísticas, culturais, sociais, etc.) após reconhecê-las o próximo passo é mostrar a necessidade de mudança do sistema educacional que na realidade, não está preparado para receber essa clientela.

Rodrigues, 2008 afirma que a integração depende do tipo de relação estabelecida entre a pessoa com deficiência e aquela que não a apresenta. Pesquisas atuais têm mostrado que há uma tendência de professores e alunos de classes regulares em aceitarem a inclusão de crianças com deficiência; todavia, faltam informações sobre elas e suas condições, faltam informações sobre avaliação, faltam informações sobre práticas pedagógicas, etc. Com a inclusão o professor só tem a ganhar, pois ele exercita sua competência em realizar projetos educacionais mais completos e adaptados às necessidades específicas dos seus alunos, além de desenvolver a responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos.

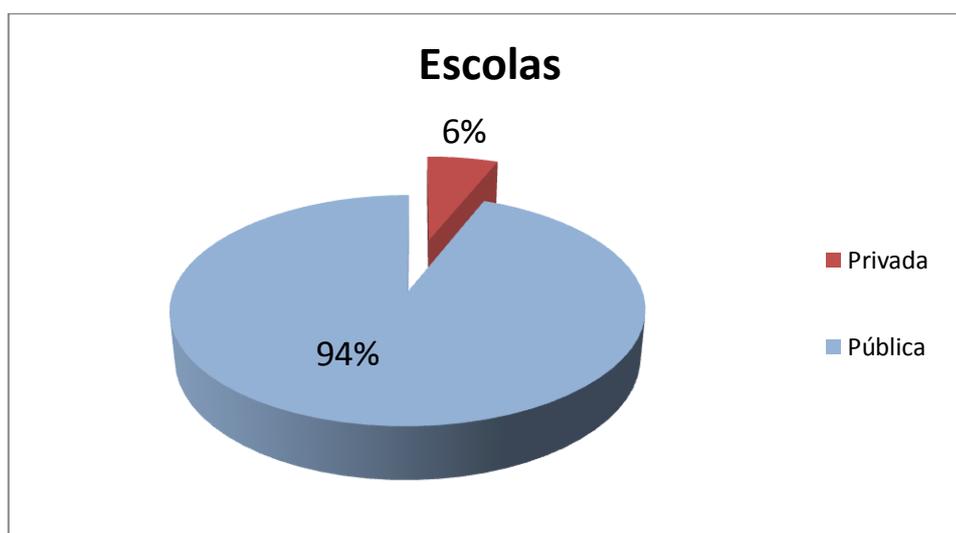
De acordo com o MEC os importantes avanços alcançados pela atual política são refletidos em números das matrículas da educação especial. Em 2012, esses números mostram a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência.

Gráfico 01: Educação Especial Matrícula em Classes Especiais e Escolas Exclusivas – Brasil – 2012



Fonte: MEC/ Censo Escolar da Educação Básica, 2012.

Gráfico 02: Educação Especial Matrícula em Classes Comuns (Alunos Incluídos) – Brasil – 2012



Fonte: MEC/Censo Escolar da Educação Básica, 2012.

É percebido então o aumento da inclusão na rede pública de ensino, através das matrículas da educação especial em classes comuns, e conseqüentemente o aumento das matrículas em classes especiais e exclusivas desses alunos com deficiência na rede privada.

3.3. Legislação inclusiva

Com o passar dos tempos à legislação brasileira incorporou em suas leis, alguns artigos que expressam a garantia de direito às pessoas com necessidades especiais. Porém é necessário efetivar estratégias para que esses direitos tornem-se válidos na realidade, e assim ofereça suporte necessário às necessidades apresentada por essa clientela.

No Brasil, o atendimento as pessoas com deficiência teve inicio na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental (BRASIL, 2010).

As leis 4.024/61 e 5672/71 reforçam que os portadores de deficiência deveriam ser atendidos na rede regular de ensino e apenas quando necessário deveriam receber tratamento especializado, em turmas especiais dentro da própria instituição.

Com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, traz como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Foi estabelecido que a educação fosse direito social de todo cidadão brasileiro, no artigo 28 fala que é dever do estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Logo depois na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) lei 9.394/96, esse dispositivo legal é reafirmado falando que “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos portadores de necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino” deve ser promovido pelo estado (art. nº 4º, inc. III).

A LDB também prevê serviços de apoio especializado e abre possibilidades ao atendimento em classes, escolas ou serviços especializados, caso não haja possibilidade de integração na classe comum. A aplicação prática desta teoria requer a participação coletiva, necessitando primeiramente, a mudança de atitude do professor, através de processo de formação desse profissional que atuará com essa clientela, assim como a eliminação de barreiras arquitetônicas, além de oferecer suporte técnico especializado para atender as especificidades desses educandos.

No ano de 1990 surgiu o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) com a lei nº 8.69, seguindo a mesma linha da Constituição Federal em relação aos portadores de

deficiência dessa faixa etária, reforçando no artigo 55 que “os pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Ainda em 1990 aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, que de acordo com Osório (1999, p.12) afirma que “sua meta é a de garantir a democratização da educação, independentemente das particularidades dos alunos”. Sendo assim, todas as ações pedagógicas da escola devem ser voltadas para o atendimento dessa diversidade, e com isso promover a democratização da educação.

Com a Declaração de Salamanca em 1994, houve o fortalecimento da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais nas classes comuns, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência do aluno nas escolas normais, considerando essas múltiplas diferenças e oferecendo as adaptações necessárias, para atender as necessidades de aprendizagem de cada educando.

O referido documento foi de extrema importância para fortalecer que as escolas devem ser adaptadas às necessidades da criança e não o contrário, sendo assim ela deve oferecer currículos adaptados às crianças com capacidade “diferentes”.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial no ensino regular.

A lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando a inclusão da disciplina Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional (BRASIL, 2010).

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, formando gestores e educadores, garantindo a todos o acesso a escolarização, o atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns de ensino

regular. Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica das escolas e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

A partir desses programas educacionais flexíveis, será possível superar as necessidades grupais ou individuais, promovendo desafios, compreendendo e reorganizando ações educativas garantindo assim a aprendizagem de novos conhecimentos.

A inclusão é antes de tudo um direito constitucional que deve ser concretizado através da aceitação da diferença humana e respeitando a diversidade cultural e social. É preciso que ela saia do papel e se transforme em atitudes e realizações concretas.

3.4. A inclusão e as políticas públicas educacionais

Inicialmente cabe ressaltar que não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida e elaborada, através de conteúdos bem construído e formulado. O importante é trabalhar para que a atuação política aconteça, contemplando o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional, que é o aluno.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilegio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania, ocorre uma identificação no processo de hierarquização que operam e produz às desigualdades, essa problematização distingue os alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais sociais, linguísticas, entre outras, formando assim o modelo tradicional de educação escolar.

Durante muitos anos só existia a Escola Especial para receber os alunos com deficiência, atualmente a luta pela inclusão e pelo direito à diversidade tem aumentado constantemente, e cada vez mais se busca uma escola que possa atender a todos os alunos principalmente os que possuem alguma deficiência (CRIPPA, 2012).

As políticas de inclusão precisam mudar as escolas para torná-las capazes de suprir as necessidades de todas as crianças, e não apenas aceitar as pessoas com deficiência nas escolas normais.

De acordo com a autora acima citada é muito comum que os alunos com deficiência, passem anos de suas vidas estudando e na maioria das vezes saiam da escola sem

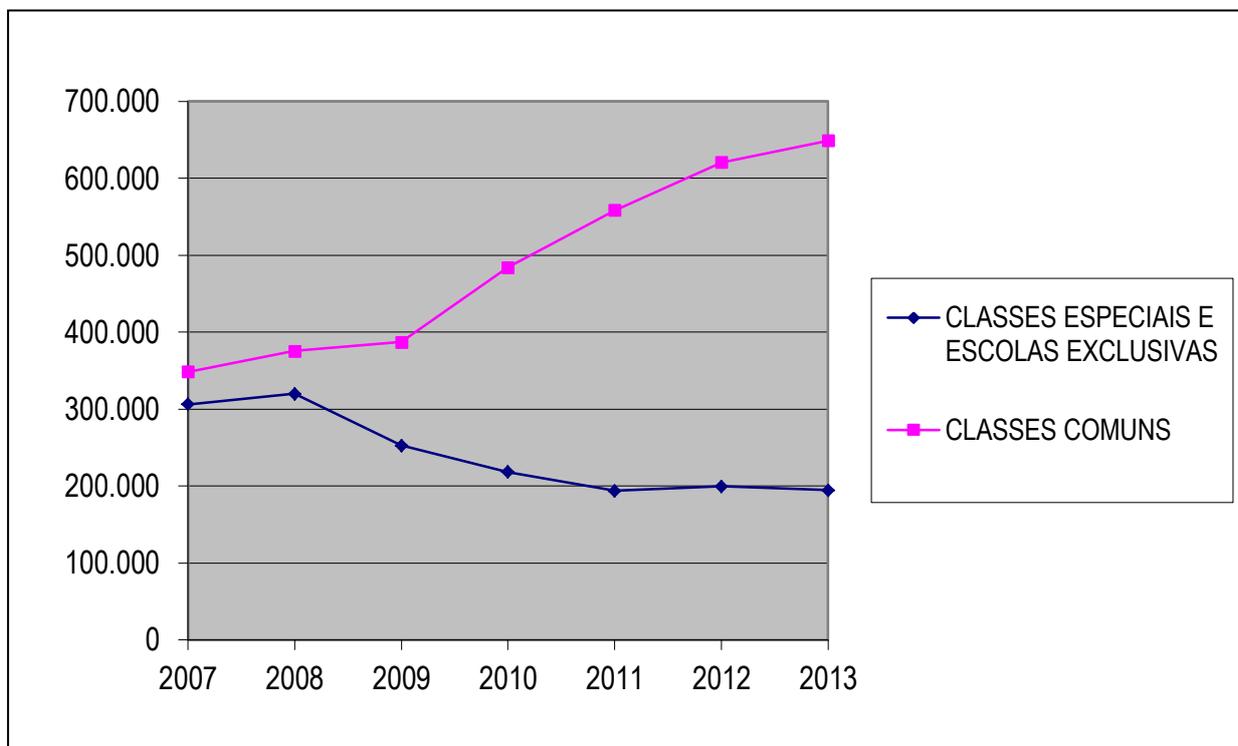
certificação de conclusão de escolaridade, principalmente aqueles que o grau de deficiência é maior.

Segundo Dutra (2008) o objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Educação Inclusiva é garantir o atendimento educacional especializado; formação dos professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação.

A maioria das escolas brasileiras tem muita dificuldade em receber, aceitar e trabalhar com a diferença. A possibilidade de inclusão escolar depende de toda a sociedade e dos múltiplos interesses presentes na dinâmica social. O momento atual precisa de diretrizes políticas que garantam acesso à escola para as pessoas com deficiência, e assim universalizar o acesso, maior responsabilidade do poder público na prestação dos serviços educacionais, garantindo assim que as leis não fiquem apenas no papel.

As políticas públicas educacional precisam ser mais atuantes no sentido de garantir que o sistema escolar ofereça a inclusão total dos alunos com deficiências nas escolas comuns, com apoio de especialistas, pois só assim a inclusão representaria uma verdadeira conquista para todos os alunos com necessidades especiais.

Gráfico 03: Educação Especial - Número de Matrículas de Alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação por Tipo de Atendimento. Brasil - 2007 – 2013



Fonte: Ministério da Educação Censo da Educação Básica 2013.

Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, e que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo seu papel (BARRETTA, 2012. p, 07).

3.5. Atuação do Ministério da Educação na Educação Especial

No portal do Ministério da Educação (MEC) na internet é disponibilizada uma página repleta de informações sobre a diversidade e a inclusão, dentre elas: leis da inclusão formação continuada de professores e atuações do governo em prol da Educação Especial.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) atua em articulação com os sistemas de ensino, implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

O principal objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

A SECADI desenvolve diversos programas e ações através da Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE), como o Programa Escola Acessível que tem como objetivo promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular, através de ações como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O mesmo disponibiliza recursos às escolas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais financiando as seguintes ações: Adequação Arquitetônica como rampa, sanitários, via de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora, aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

O transporte escolar acessível também é outro programa desenvolvido pela SECADI e pela DPEE, onde é possível solicitar através do site do MEC o tipo e a qualidade do ônibus a ser adquirido pelo município para as escolas, a solicitação é analisada pela SECADI. E, posteriormente enviada ao FNDE, para os “procedimentos de liberação de pagamento”. No site há ainda a relação dos municípios que serão contemplados pelo programa Caminho da Escola – Transporte Escolar Acessível.

Ainda através da SECADI e da DPEE têm o programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial com o objetivo de apoiar a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior (IPES). Ela oferta cursos no nível de aperfeiçoamento e especialização, na modalidade à distância, presencial e semipresencial.

O Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade também promovida pela SECADI, tem o objetivo de apoiar a formação de gestores e educadores a fim de transformar os sistemas educacionais inclusivos, através da realização de Seminário Nacional de Formação dos coordenadores municipais e dirigentes estaduais, prestando apoio técnico e financeiro e orientando a organização da formação de gestores e educadores dos municípios pólos e de abrangência.

É disponibilizado também no portal do MEC o programa Centro de Formação e Recursos divididos em três centros: Centro de Apoio para atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP); Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de

Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS); e os Núcleos de Atividades de Altas habilidades/Superdotação (NAAHS).

O CAP apoia a formação de continuada de professores para o atendimento educacional especializado e a produção de material didático acessível aos estudantes com deficiência visual. O CAS promove a educação bilíngüe, por meio da formação continuada de profissionais para oferta do AEE e estudantes surdos e com deficiência auditiva e da produção de materiais didáticos acessíveis. O NAAHS apoia a formação continuada de professores para atuar no atendimento educacional especializado a estudantes com altas habilidades/superdotação.

O CAP, CAS e o NAAHS promovem ações como a formação presencial aos professores das salas de recursos multifuncionais, oferta cursos para o ensino do sistema Braille e cursos de Língua Brasileira de Sinais, além de produzir materiais didáticos em formatos acessíveis como: Braille, libras/língua portuguesa, materiais didáticos táteis, etc.

O portal do MEC dispõe ainda de um acervo de publicações referentes à Educação Inclusiva como a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2012, referente à Língua Brasileira de Sinais e a Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência. Além de Documentários da Educação Especial com Libras, vários fascículos na perspectiva da Inclusão Escolar, Revistas de Inclusão, dentre outros.

É de extrema importância para as pessoas com deficiência, a comunidade escolar e a sociedade em geral, ter acesso a todas essas informações, pois a partir daí é possível a circulação da informação referente à Educação Inclusiva e assim todos irão conhecer seus direitos e deveres dentro da sociedade, para poder cobrar quando necessário e agir sempre que possível.

ANÁLISE DE DADOS

4.1 Processos da Pesquisa

Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, que é de cunho qualitativo-interpretativo, buscamos entrevistar a professora responsável pela sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) de uma escola pública municipal da cidade de Sapé, para que possamos atender ao objetivo a que nos propomos. E, desse modo, buscamos analisar questões pertinentes ao atendimento aos alunos com deficiência.

Inicialmente verificamos a quantidade de alunos com deficiência que a escola atende, e os tipos de deficiência. Avaliamos as condições estruturais da escola verificando se a mesma oportuniza condições para o acesso e a permanência desses alunos na escola, se tem acessibilidade, recursos necessários, etc.

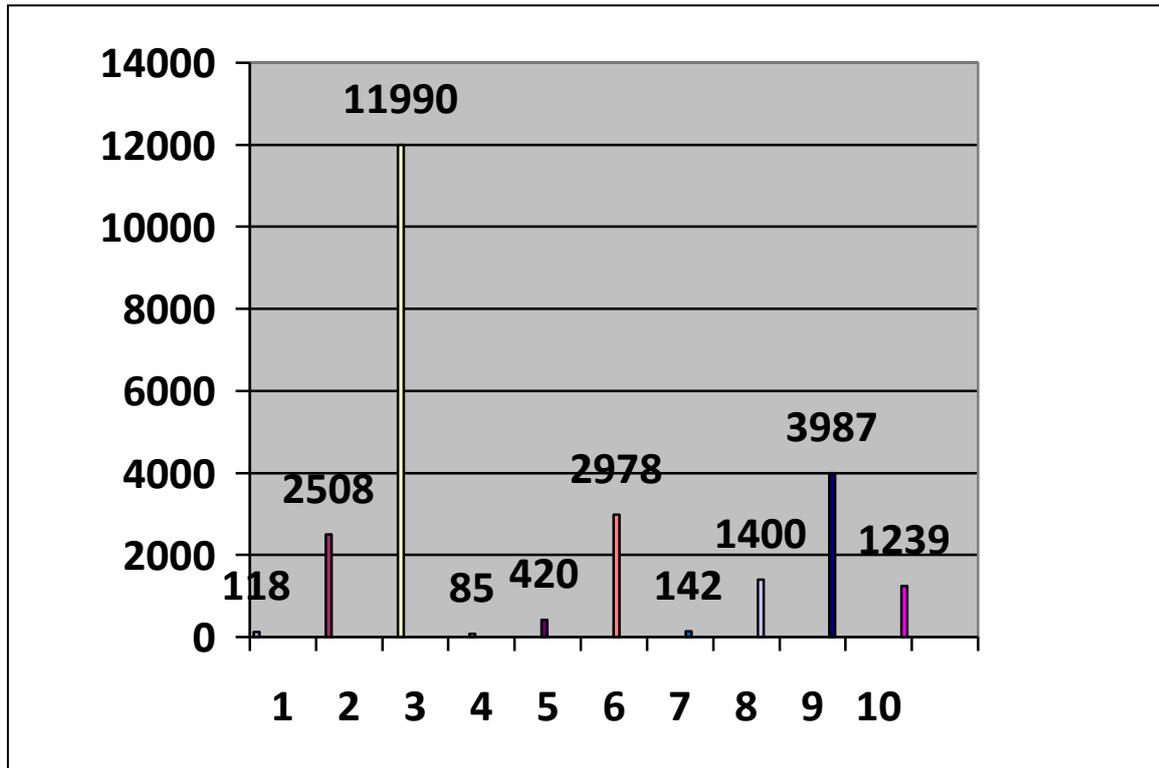
Verificou-se também se a Secretaria Municipal de Educação do município tem contribuído para a melhora desse atendimento na escola, e qual a sua participação na formação continuada dos professores para que os mesmos possam se capacitar para melhor atender esses alunos.

No Brasil, segundo o IBGE (2010), existem 24,5 milhões de pessoas (14,5% da população) com alguma deficiência: 48% com deficiência visual, 23% com deficiência motora, 17% com deficiência auditiva, 8% com deficiência intelectual e 4% com deficiência física. Deste total, 4,3 milhões (2,5% da população) possuem limitações severas. A maioria delas poderia estudar e trabalhar se tiver oportunidade.

Ainda de acordo com o IBGE (2010) atualmente o município de Sapé-PB possui 50.143 habitantes, dentre eles alguns possuem alguma deficiência, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 04: População residente, por tipo de deficiência permanente no município de Sapé.

- 1- Deficiência visual - não consegue de modo algum
- 2- Deficiência visual - grande dificuldade
- 3- Deficiência visual - alguma dificuldade
- 4- Deficiência auditiva - não consegue de modo algum
- 5- Deficiência auditiva - grande dificuldade
- 6- Deficiência auditiva - alguma dificuldade
- 7- Deficiência motora - não consegue de modo algum
- 8- Deficiência motora - grande dificuldade
- 9- Deficiência motora - alguma dificuldade
- 10- Mental/intelectual



Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2010.

4.2 A Escola Pesquisada

A escola municipal onde se realizou a pesquisa foi fundada no ano de 1976, e atualmente possuem sete salas de aula onde funcionam os três turnos, atendendo 371 alunos, oferecendo desde o ensino infantil até o 9º ano da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Seu corpo docente é composto por 18 professores, onde apenas uma possui o curso de libras.

A escola atende alunos da zona urbana e da zona rural, e para o AEE ela recebe alunos de outras escolas, de outros bairros e da zona rural, pois em todo município apenas quatro escola possuem esse atendimento.



A Secretaria de Educação do município começou a oferecer esse atendimento apenas no ano de 2009, e ele ainda é pouco utilizado, pois muitos pais não têm conhecimento ou sequer informações sobre ele, o que faz com que muitos alunos deficientes ainda não frequentem a escola. A professora responsável pelo AEE não possui curso de pedagogia, tem formação superior em Ciências Agrárias, e apenas um curso de libras.



Para que os alunos deficientes possam ter acesso ao AEE, é preciso que eles estejam matriculados e frequentando alguma escola pública do município, pois esse atendimento é de suporte e socialização desses alunos, tendo como objetivo melhorar a participação deles nas salas regulares. Como a escola oferece apenas o básico esse atendimento é bem restrito é apenas um reforço para o convívio deles com outros alunos.

4.3 A educação inclusiva no contexto escolar

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é oferecido no município de Sapé com o objetivo de socializar aos alunos deficientes para melhorar seu convívio e aprendizagem na sala regular de ensino. Para ter direito a ele é indispensável que a criança tenha o laudo médico provando e especificando sua deficiência, e também é preciso que ela esteja matriculada em alguma escola municipal, os pais assinam um termo de responsabilidade se comprometendo a levar e buscar seus filhos nos horários combinados à escola.

Na escola onde foi realizada a pesquisa as aulas acontecem de segunda a quinta-feira, e cada aluno ficam durante uma hora duas vezes na semana, no horário oposto as suas aulas do ensino regular. Como na escola não tem nenhum suporte clínico para esses alunos eles também frequentam a FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência), em João Pessoa, pois lá os recursos são muito maiores e também é oferecido a ajuda clínica de médicos, psicólogos, fisioterapeuta, etc.

A primeira pergunta feita a professora do AEE foi à quantidade de alunos com deficiência que a escola atende e quais os tipos de deficiência, onde verificamos que na escola atualmente tem 23 alunos com deficiência, sendo elas Intelectual (mental), PC (paralisia cerebral), Síndrome de Down, Imperativa, Autismo e Auditiva. Sendo a maioria com deficiência intelectual e paralisia cerebral, apenas uma possui síndrome de Down e uma deficiente auditiva, sendo esta ultima já adulta e não frequenta regularmente a escola.

Segundo ela quando esses alunos vão a escola pela primeira vez a maioria tem muita resistência em aceitar ficar lá, pois é uma experiência nova para eles, mas ela garante que depois de algumas aulas de socialização eles mudam o comportamento e passam a aceitar e gostar das aulas, pois todos acabam participando e interagindo uns com os outros.

Investigou-se também se a escola oportuniza condições necessárias para o acesso e permanência desses alunos com deficiência, porém na prática a escola só oferece o básico, na frente da escola tem acessibilidade, mas se houvesse um aluno deficiente físico ele não conseguiria entrar na escola sozinho, precisaria de ajuda, pois as rampas são muito altas e mal acabadas.

O espaço da sala é muito bom, mas não é climatizado, à tarde o sol entra na sala tornando impossível aos alunos ficar bem acomodados. O ventilador está quebrado, não existe televisão, computadores para os alunos, data show, ou qualquer outro recurso midiático, além

disso, essa sala não é usada apenas com essa finalidade, outros professores a utilizam para colocar livros, trabalhos de alunos, materiais de escritório, computador, impressora, etc.

Foi questionado (a professora) como a Secretaria de Educação estava contribuindo para a educação inclusiva naquela escola, e a mesma respondeu que a secretaria não oferece nenhum curso ou treinamento de formação continuada para as professoras do AEE do município. Na verdade, a secretaria de educação apenas diminuiu a carga horária das professoras dando o dia da sexta-feira para que elas possam ir para João Pessoa pra ter curso na FUNAD, esses cursos duram o ano todo, e os horários variam de acordo com o curso, ficando a despesa de transporte e alimentação por conta das professoras.

Além dessa falta de suporte da secretaria as professoras não tem a quem recorrer quando precisam de ajuda com os alunos deficientes, pois em todo município só tem uma coordenadora do AEE e apenas uma psicóloga, que fica na secretaria e em dias alternados. Os cursos que elas frequentam na FUNAD são o único suporte que elas têm para tirar dúvidas e pedir ajuda.

É evidente a falta de qualificação da (professora) desse atendimento educacional especializado na escola pesquisada, pois ela foi contratada apenas com um curso de nível superior na área de Ciências Agrárias, não tendo nenhuma ligação com a educação especial. Assim não é levada em consideração a formação adequada na educação inclusiva, confirmando a falta de compromisso da secretaria de educação com os alunos deficientes, que precisam de profissionais qualificados. Somente depois de estar atuando em sala de aula é que a (professora) buscou qualificação na área.

A Secretaria de Educação disponibiliza o ônibus escolar para buscar e levar os alunos com deficiência da zona rural até a cidade sede do município, na escola onde se realizou a pesquisa os alunos da zona rural vem duas vezes na semana na segunda e na quinta feira, alguns deles vem com pais ou responsáveis, outros vem acompanhados da diretora da escola da zona rural onde estudam o ensino regular no horário oposto.

Finalmente perguntamos a professora se a secretaria contribuiu para a educação inclusiva no sentido de fazer mudanças na escola para adequar-se a inclusão, e obtivemos a resposta que a única mudança na escola trazida pela secretaria foi a questão da acessibilidade, pois foi colocado rampas (que não são adequadas), corrimão na entrada da escola e barras nos banheiros, porém ainda há muitos degraus dentro da escola, inclusive na porta das salas de aula, o que torna muito difícil o acesso das crianças, principalmente se elas tiverem dificuldade de locomoção.

A acessibilidade arquitetônica da escola foi feita de forma muito superficial, apenas para as leis saírem do papel, porque no dia-a-dia os alunos enfrentam muita dificuldade, desde a entrada da escola até chegar às salas de aula.

Através da referida pesquisa foi possível conhecer como as escolas municipais de Sapé trabalha com a educação inclusiva, e como o poder público municipal está adequando as escolas para esse atendimento, a partir daí pode-se refletir se as crianças deficientes estão tendo a educação adequada com todos seus direitos garantidos.

Na LDB em seu art. 4º, parágrafo III, deixa claro o dever do Estado com a Educação Escolar garantindo o Atendimento Educacional Especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, e também em seu parágrafo VIII esse dever é reforçado dizendo que o educando também deverá ter atendimento por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Na prática vimos que esse atendimento está sendo cumprido em partes, pois está sendo oferecido o AEE no município, porém apenas em quatro escolas, o que é quase nada diante de um município com mais de 50.000 habitantes e 39 escolas públicas municipais.

Se existisse o AEE em mais escolas seria bem mais acessível aos alunos, principalmente os que residem na zona rural, pois se já é difícil para os alunos se locomoverem para uma escola longe de sua casa, a situação é bem pior quando esse aluno tem alguma deficiência. E até mesmo para os alunos da cidade torna-se difícil, pois existem alguns bairros que não tem transporte escolar tornando praticamente impossível um aluno com deficiência ir estudar em uma escola longe da sua residência.

Enquanto a assistência à saúde ela não é oferecida nas escolas, pois o AEE necessita de profissionais da saúde atuando também nas escolas dando suporte as professoras, mas na prática isso não acontece. Na escola visitada não tem nenhuma psicóloga, pois em todo município só existe uma e ela fica na secretaria de educação.

Ainda na LDB em seu art. 59 parágrafo III deixa claro que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

No município de Sapé esses professores do AEE não tem essa especialização adequada exigida na lei, e, além disso, a secretaria de educação do município não atua no sentido de oferecer formação continuada na área de educação especial, para esses educadores, e muito menos para os professores do ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados desta pesquisa, certamente, podemos afirmar que a educação inclusiva que se desenvolve, hoje, no município de Sapé é muito precária e de má qualidade, pois só é oferecido o mínimo para os alunos.

Através da falta de estrutura, recursos nas escolas, professores qualificados e suporte necessário, percebe-se que a principal preocupação da Secretaria de Educação é em apenas cumprir com a lei, ou seja, fazer o básico para que no papel a lei funcione, mas quem conhece a realidade vê que na prática o que se tem são escolas que dizem que têm inclusão, mas que não proporcionam nem sequer um ambiente adequado e agradável aos alunos.

É importante ressaltar que a inclusão é pouco divulgada no município, pois não existe nenhuma lei ou projeto municipal que trate sobre isso, as escolas que possuem inclusão não a divulgam, nem tão pouco buscam melhorar para atrair outros alunos. A falta de conhecimento e a classe social dos pais contribuem para que muitos alunos deficientes do município nem sequer frequentem a escola.

No município ainda não existe nenhuma lei, ou decreto que crie um cargo específico para os educadores que trabalham com a educação inclusiva, assim no último concurso público que houve no município no ano de 2010 não teve vaga para professor da educação inclusiva. Com isso as professoras contratadas para exercer esse cargo não possuem formação específica.

Já a escola onde foi realizada a pesquisa não foi totalmente adaptada arquitetonicamente para receber os alunos deficientes, pois as barreiras ainda são muitas, o que faz com que pais e alunos fiquem desmotivados, e assim invés de levarem seus filhos à escola da rede regular do próprio município para ser trabalhada a inclusão, eles apenas os levam para a capital do estado para a FUNAD, para ter o apoio educacional e clínico necessário para eles.

Um meio de melhorar a situação da educação inclusiva no município seria através de uma parceria da secretaria de educação com a FUNAD, para que os profissionais daquela instituição pudessem fazer visitas na escola e assim auxiliar as professoras. Pois como muitos deles já frequentam a FUNAD, seria bem melhor se eles tivessem esse atendimento educacional na sua escola, assim iriam para a capital apenas para o atendimento clínico.

No município existem os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) inclusive um infantil, onde é oferecida a parte clínica para as crianças deficientes, porém ele não tem

nenhuma parceria com as escolas os serviços oferecidos por ambos são individuais, demonstrando assim a falta de projetos nessa área.

Diante do exposto podemos afirmar que tem muito trabalho há ser feito na área da educação inclusiva no município de Sapé, pois o primeiro passo já foi dado há alguns anos atrás quando começou a oferecer a inclusão, agora cabe aos governantes trabalhar no sentido de qualificar educadores, reformar as escolas e criar parcerias com centros de apoio e outras instituições, para oferecer cada vez mais o melhor para esses alunos que tanto necessitam de apoio, carinho e atenção.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.068 de 13 de julho de 1990. (ementa). Diário Oficial da União de 13 de julho de 1990.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

JESUS, Sônia Cupertino de. **Inclusão Escolar e a Educação Especial**. Setembro/2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** São Paulo, Janeiro de 2005.

WEBSITES

DECLARAÇÃO de Salamanca, de 07 a 10 de junho de 1994, Espanha. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 11 fev. 2014.

BARRETA, Emanuele Moura. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e Recuos a partir dos documentos legais. IX ANPED Sul. Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em:

www.ufrgs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../181. Acesso em: 28 mai. 2014.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejalei9394.pdf> Acesso em: 11 fev. 2014.

Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/> Acessado em: 25/09/2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6726&option=com_docman&task=doc_download> Acesso em: 19 set. 2014.

CRIPPA, Rosimeiri Merotti: Educação Inclusiva uma Reflexão Geral. Cadernos da FUCAMP, v. 11, n. 15, p. 155-176/2012. Disponível em:

www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/viewFile/.../240. Acesso em: 16/03/2014.

DUTRA, Claudia Pereira et al... Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, In: Inclusão: Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial. v. 1, n. 1 (out. 2005) – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. p. 07-17. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 10 abr. 2014

MEC, Ministério da Educação/Censo da Educação Básica, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&gid=15268&Itemid=.>

MEC, Ministério da Educação/ Censo Escolar da Educação Básica, 2012. Disponível em: www.download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf Acesso em: 23 set. 2014

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Projeto Pedagógico: O pensar e o fazer. Integração, Diversidade na Educação. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. n. 21, p. 11-18. 1º semestre de 1999. Disponível em:

www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf. Acesso em: 13 jun. 2014.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranha In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru MEC/FC/SEE, 2008. Disponível em: www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro2.pdf. Acesso em: 27 set. 2014.

ROGALSKI, Solange Menin. Artigo: Histórico do Surgimento da Educação Especial. Revista de Educação do IDEAU, vol. 5. Dezembro 2010. Disponível em: www.ideau.com.br/bage/upload/artigos/art_123.pdf. Acesso em: 04 ago. 2014.

STAIMBACK, Suzan e Willian Staimback. Inclusão: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. Disponível em: fio.edu.br/cic/anais/2009_viii_cic/Artigos/13/13.01.pdf. Acesso em: 12 ago. 2014.

ANEXOS

ENTREVISTA

1) Nesta escola tem alunos matriculados com algum tipo de deficiência?
() Sim () Não

2) Qual (is)?

3) A escola oportuniza condições necessárias para o acesso e permanência desses alunos com deficiência? () Sim () Não

Justifique a sua resposta: _____

4) Como a Secretaria de Educação contribui para a Educação Inclusiva nessa escola? Detalhe a sua justificativa:

5) Caso a Secretaria de Educação tenha contribuído para a Educação Inclusiva, houve mudanças na escola para adequar-se a inclusão? Qual (is)? Especifique:
